



**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF**  
**Concurso Público – Edital n.º 1/99 – STF, de 23/11/99**

**Cargo: ANALISTA JUDICIÁRIO (NÍVEL SUPERIOR)**  
**ÁREA: ADMINISTRATIVA**  
**ESPECIALIDADE: CONTABILIDADE**

Nas questões de 1 a 45, marque, em cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A marcação da letra **F**, na **Folha de Respostas**, não acarretará anulação; servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta.

**NOÇÕES DE INFORMÁTICA**

Nas questões de 1 a 5, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, e que o *mouse* está configurado para pessoas destros. Assim, a menos que seja explicitamente informado o contrário, expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*.

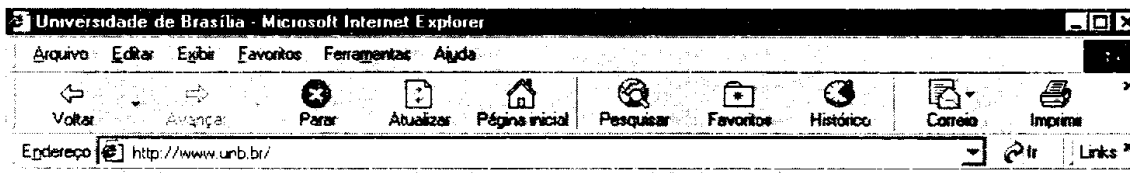
**QUESTÃO 1**

Com respeito a tópicos relativos à Internet e às *intranets*, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os nomes Altavista, Lycos e Yahoo referem-se a formatos de arquivos comumente enviados na Internet por meio de correio eletrônico.
- Ⓑ A expressão TCP/IP designa um tipo especial de memória semicondutora rápida usada para acelerar computadores conectados à Internet.
- Ⓒ Existem programas de correio eletrônico que permitem, além do envio de mensagens, o envio de arquivos anexos (*attachments*), tais como arquivos do Word e do Excel.
- Ⓓ Uma desvantagem das *intranets* é que os computadores conectados a uma determinada *intranet* não são capazes de trocar mensagens de correio eletrônico entre si.
- Ⓔ Todos os *modems* usados para conectar computadores pessoais a provedores de Internet devem, obrigatoriamente, usar a taxa de transmissão de 2.400 *bits* por segundo.

**QUESTÃO 2**

A figura a seguir mostra uma parte de uma tela de trabalho do Microsoft Internet Explorer 5.



Julgue os seguintes itens, relativos à figura e ao Internet Explorer 5.

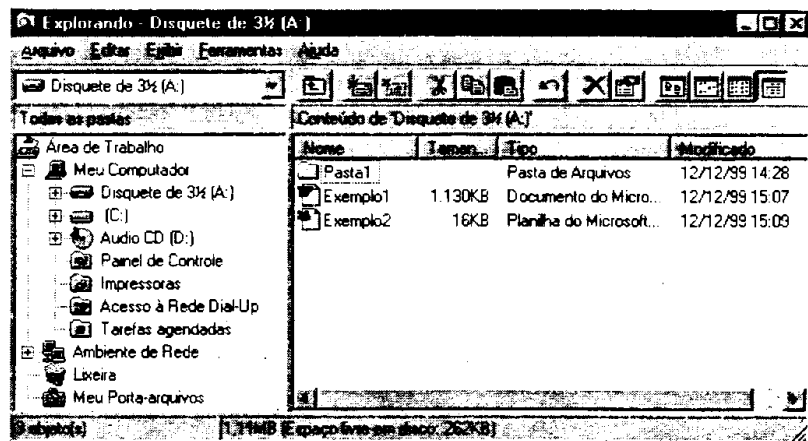
- I - O usuário do Internet Explorer pode escolher uma página da *web* para ser a primeira página que será vista sempre que o referido programa for aberto.
- II - Um clique simples em fará que a tela do Internet Explorer seja minimizada.
- III - Para acessar determinada página da *web*, é correto substituir os caracteres http://www.unb.br/ pelo URL da página desejada e teclar .
- IV - Um clique simples em fará que seja aberta uma página da *web* da Microsoft que permitirá ao usuário fazer o *download* de versões mais atualizadas do Internet Explorer.
- V - Um clique simples em fará que seja exibida uma página da *web* com o histórico da Internet.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.
- Ⓑ 2.
- Ⓒ 3.
- Ⓓ 4.
- Ⓔ 5.

### QUESTÃO 3

A figura abaixo mostra uma tela de trabalho do Windows Explorer.

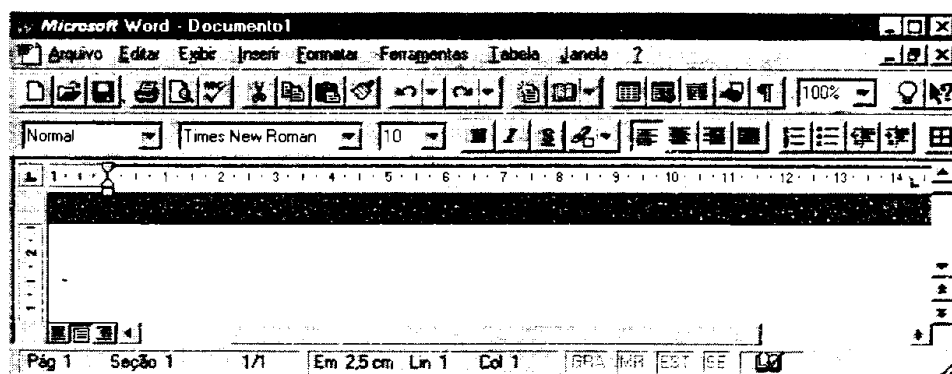


A respeito da figura e do Windows Explorer, assinale a opção correta.

- Ⓐ É possível proteger o disco flexível (disco A:), de forma que o Windows Explorer não consiga gravar dados nele nem apagar o seu conteúdo.
- Ⓑ Um clique simples em irá criar uma nova pasta.
- Ⓒ Um clique simples em Exemplo1 irá abrir este arquivo.
- Ⓓ Um clique simples em (C:) seguido de um clique simples em fará que seja criado um *backup* do disco C:, copiando o seu conteúdo para o disco A.
- Ⓔ Um clique simples com o botão direito do mouse em Pasta1 irá abrir esta pasta, exibindo os arquivos dentro da mesma.

### QUESTÃO 4

A figura abaixo mostra uma tela de trabalho do Word 7.0.



Com relação à figura e ao Word 7.0, julgue os itens que se seguem.

- I - Se o Windows tiver sido corretamente configurado durante a instalação para a língua portuguesa, quando forem pressionadas sucessivamente as teclas e , será mostrado, na tela, o caractere Â.
- II - Um procedimento correto para fechar um documento, saindo também do aplicativo, é: no menu Arquivo, clicar sobre Fechar.
- III - Para recuar o parágrafo selecionado até a próxima parada de tabulação, pode-se clicar em .
- IV - O botão pode ser usado para exibir ou ocultar o Assistente de Dicas, que fornece dicas sobre meios mais eficientes para realizar tarefas.
- V - O ato de pressionar simultaneamente as teclas e tem o mesmo efeito do ato de clicar em , ou seja, remover a seleção do documento ativo, colocando-a na área de transferência.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.      Ⓑ I e V.      Ⓒ II e IV.      Ⓓ III e IV.      Ⓔ III e V.

### QUESTÃO 5

A figura a seguir mostra uma tela de trabalho do Excel 7.0.

The screenshot shows the Microsoft Excel 7.0 interface. The menu bar includes Arquivo, Editar, Exibir, Inserir, Formatar, Ferramentas, Dados, and Janela. The toolbar contains various icons for file operations, editing, and formatting. The status bar at the bottom shows 'Pronto', 'Soma=0', and 'CAPS NUM'. The spreadsheet has columns A through G and rows 1 through 7. The data is as follows:

	A	B	C	D	E	F	G
1		1o. Bimestre	2o. Bimestre	3o. Bimestre	4o. Bimestre		
2	Aluno 1	10	8	5	10		
3	Aluno 2	6	10	7	8		
4	Aluno 3	7	9	8	8		
5	Aluno 4	8	6	9	9		
6							
7							

Com respeito à figura e ao Excel 7.0, assinale a opção correta.

- Ⓐ O ato de selecionar as células C2, D2, C3 e D3 e clicar em fará que apenas os números 8, 5, 10 e 7, contidos nessas células, sejam impressos.
- Ⓑ Clicar sucessivamente em D4 e em fará que o número 8 nesta célula seja multiplicado por 1.000, resultando em 8.000.
- Ⓒ Para aumentar a largura da coluna D sem alterar as larguras das demais colunas, é correto proceder da seguinte forma: clicar no cabeçalho da coluna e, em seguida, clicar em .
- Ⓓ Para criar gráficos de barras que ilustrem as notas dos alunos mostradas na planilha, é suficiente selecionar todos os dados da tabela e clicar em .
- Ⓔ O ato de clicar em F2, digitar  $=B2-C2*D2/E2+2^3$  e teclar fará que apareça o resultado 14 na célula F2.

## LEGISLAÇÃO APLICADA AO STF

Nas questões de 6 a 8, as respostas devem observar estritamente e apenas os termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal (RISTF), pondo de parte quaisquer discussões acerca de possíveis conflitos normativos decorrentes da incidência de outras leis ou normas de qualquer hierarquia.

### QUESTÃO 6

Acerca da organização, da competência e dos atos normativos do STF, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ As turmas do STF deliberarão, na esfera de sua especialidade temática, sobre inclusão, alteração e cancelamento de enunciados da súmula da jurisprudência predominante do Tribunal.
- Ⓑ Nos casos em que o RISTF determinar que se observe a antiguidade decrescente, o imediato ao ministro mais moderno será o mais antigo no órgão.
- Ⓒ O presidente do STF é órgão daquele Tribunal.
- Ⓓ Existem duas turmas no âmbito do STF, sendo que o ministro de uma tem a possibilidade de transferir-se para a outra quando houver vaga.
- Ⓔ O presidente, os ministros e as comissões do STF podem apresentar proposta de emenda ou de ato regimental – este, na hipótese de complementação do RISTF; aquela, na hipótese de supressão, acréscimo ou modificação das disposições regimentais.

**QUESTÃO 7**

Julgue os itens abaixo, relativos à competência das turmas e do Plenário do STF.

- I - Considere a seguinte situação hipotética:  
Ao examinar a admissibilidade de recurso extraordinário, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas não o admitiu. O recorrente, inconformado, interpôs agravo, perante o STF, contra a decisão que negou seguimento ao recurso, o qual foi distribuído à 1.ª Turma.  
Nesse caso, sendo dado provimento ao agravo e determinada a subida do recurso extraordinário, a 1.ª Turma estará preventa para efeito do seu julgamento.
- II - Considere a seguinte situação hipotética:  
O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou um prefeito municipal a ressarcir à União verba que por ele teria sido aplicada indevidamente. Intimado da decisão, o prefeito impetrou mandado de segurança contra o ato que lhe ordenava efetuar o ressarcimento.  
Nesse caso, a competência para julgar o mandado de segurança será do Plenário do STF.
- III - Considere a seguinte situação hipotética:  
O procurador-geral da República formulou denúncia contra uma deputada federal pela prática de crime comum.  
Nesse caso, a competência para julgar a ação penal será do Plenário do STF.
- IV - Considere a seguinte situação hipotética:  
Tendo sido impugnada a sua candidatura por meio de decisão definitiva do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), um candidato interpôs recurso extraordinário para o STF. Todavia, o recurso foi distribuído a ministro integrante do TSE que participara do julgamento naquela Corte – tendo inclusive acompanhado o voto desfavorável à tese do recorrente. Assim, o candidato arguiu a suspeição do ministro sorteado para ser o relator do seu recurso.  
Nesse caso, a competência para julgar o recurso será de uma das turmas do STF e a competência para julgar a arguição de suspeição será do Plenário do STF.
- V - Considere a seguinte situação hipotética:  
O Superior Tribunal de Justiça (STJ) denegou a ordem postulada por Anastácio, em sede de *habeas corpus*, contra ato do governador do Estado do Piauí. Inconformado, Anastácio interpôs recurso ordinário para o STF contra a decisão da Corte de origem.  
Nesse caso, a competência para julgar o recurso será de uma das turmas do STF.

A quantidade de itens certos é igual a

- Ⓐ 1.                      Ⓑ 2.                      Ⓒ 3.                      Ⓓ 4.                      Ⓔ 5.

**QUESTÃO 8**

Julgue os seguintes itens, relativos às atribuições do relator, do revisor e dos órgãos do STF.

- I - Considere a seguinte situação hipotética:  
Gilson postulou junto ao STF pedido de homologação de sentença definitiva da justiça da Argentina, que julgou procedente a sua ação de divórcio contra Ana, extinguindo o respectivo vínculo conjugal. Efetuada a distribuição, procedeu-se, então, à citação e às intimações necessárias. Não houve, contudo, qualquer impugnação ao pedido de homologação.  
Nessa situação, caberá ao presidente do STF homologar a sentença estrangeira.
- II - Considerando que o relator tenha pedido dia para julgamento, sem que houvesse a remessa dos autos a um revisor, então, seguramente, não se trata de julgamento de ação rescisória, revisão criminal ou ação penal originária ajuizada contra algum senador.
- III - Considere a seguinte situação hipotética:  
Cássio interpôs recurso extraordinário contra acórdão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, proferido em julgamento de apelação em matéria penal. Admitido o recurso e realizado o procedimento necessário, o processo foi incluído na pauta de julgamento da turma. Após a publicação da pauta, mas dois dias antes da realização da sessão, Cássio protocolou petição desistindo do recurso.  
Nessa situação, a desistência deverá ser homologada por ato da respectiva turma.
- IV - Considere a seguinte situação hipotética:  
Em ação rescisória ajuizada junto ao STF, o ajuizante formulou, na petição inicial, pedido de assistência judiciária, afirmando-se pobre, na forma da lei, de forma que estaria impossibilitado de arcar com as custas processuais.  
Nessa situação, caberá ao relator despachar o pedido de assistência judiciária, tão logo os autos venham-lhe conclusos, após a distribuição.
- V - Considere a seguinte situação hipotética:  
Concluído o inquérito policial, por meio do qual se apurava a prática de crime de corrupção em que figurava o presidente da República como indiciado, o procurador-geral da República requereu o seu arquivamento.  
Nesse caso, caberá ao relator, e não ao Plenário do STF, determinar o arquivamento do inquérito.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I, II e IV.                      Ⓑ I, II e V.                      Ⓒ I, III e IV.                      Ⓓ II, III e V.                      Ⓔ III, IV e V.

**QUESTÃO 9**

Assinale a opção correta com relação aos processos administrativos conduzidos no âmbito do STF.

Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:

A comissão designada para conduzir processo administrativo contra a empresa Y, contratada pelo STF após regular licitação, apresentou as suas conclusões em extenso relatório, no qual, demonstrada a conduta faltosa da contratada, sugeria a aplicação de penalidade prevista em lei. Analisando os autos e concluindo que o articulado da comissão estava suficientemente claro, congruente e consentâneo com o direito, a autoridade julgadora lançou, então, nos autos, a seguinte decisão: "Acolho as conclusões apresentadas pela comissão às folhas 310-75 e a proposta de sanção. Intime-se a empresa Y. Publique-se. Brasília, 10/12/1999. (Assinatura e cargo.)"

Nessa situação, a decisão da autoridade julgadora é nula, eis que a simples remissão às conclusões da comissão não é suficiente à fundamentação do ato punitivo, violando, por conseguinte, o princípio da motivação, o qual norteia a prática de atos administrativos – mormente em se tratando de ato punitivo.

Ⓑ Considere a seguinte situação hipotética:

A empresa X, desclassificada em concorrência conduzida no âmbito do STF, formulou pedido de substituição dos membros da comissão de licitação, apresentando fatos que, em tese, caracterizariam a prática de corrupção, em face do favorecimento dispensado a outros concorrentes. Simultânea e tempestivamente, a mesma empresa protocolou recurso contra a decisão da comissão que a desclassificara, o qual veio a ser acolhido e, em consequência, possibilitou que a recorrente continuasse participando do certame.

Nesse caso, tendo logrado a correção do ato inquinado por meio do recurso, a empresa X poderá desistir do pedido formulado contra os componentes da comissão, o que, necessariamente, ensejará a extinção do processo administrativo, em face da inexistência de parte autora.

Ⓒ A administração pública deve anular seus próprios atos, quando maculados por ilegalidade. Todavia, em cinco anos a administração decai do direito de anular atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários, salvo comprovada má-fé – regra essa aplicável no âmbito do STF.

Ⓓ Considerando que o prazo para a interposição de recurso administrativo expirava-se em uma quarta-feira e que, excepcionalmente, naquele dia, o expediente do STF encerrou-se duas horas antes do horário normal, em razão da solenidade de posse de um novo ministro, então, mesmo assim o interessado não se beneficiará de qualquer prorrogação de prazo, vez que os prazos recursais são contados em dias.

Ⓔ Caso o administrado deixe de recolher as custas iniciais do processo administrativo por ele desencadeado junto ao STF, então o feito não terá seguimento, devendo ser extinto sem julgamento do mérito.

**QUESTÃO 10**

Com relação ao regime jurídico dos servidores públicos civis federais, assinale a opção correta.

Ⓐ Considere a seguinte situação hipotética:

Concluído um concurso público, Tício foi nomeado para o cargo de analista judiciário do quadro funcional do STF. Antes da posse, porém, Tício faleceu.

Nesse caso, uma vez que a investidura em cargo público ocorre com a nomeação, a esposa de Tício terá direito a pensão, em decorrência do falecimento de servidor público federal.

Ⓑ Considere a seguinte situação:

O Edital n.º 1/99, de 23/11/99, por meio do qual o STF tornou pública a realização e definiu as regras do concurso público para provimento de cargos de analista judiciário e de técnico judiciário, dispõe, no subitem 15.3, que o "concurso terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Supremo Tribunal Federal".

Nesse caso, ante a vinculação a essa disposição editalícia, se a Direção do STF não prorrogar o prazo de validade do certame, não poderá realizar outro concurso para provimento dos mesmos cargos nos dois anos que se seguirem à expiração do biênio de validade.

Ⓒ Considerando que Alice completou, em janeiro de 2000, cinco anos de efetivo exercício em cargo público, então terá direito a licença-prêmio por assiduidade, com duração de três meses, período em que fará jus à respectiva remuneração.

Ⓓ Considere a seguinte situação hipotética:

Após dois anos percebendo determinada gratificação, uma servidora do STF teve suprimida de sua remuneração a referida parcela. Nessa situação, a servidora poderá formular pedido de reconsideração à autoridade que expediu o ato de supressão da gratificação. Ademais, poderá interpor recurso em face do indeferimento do pedido de reconsideração, dirigido à autoridade imediatamente superior.

Ⓔ Considerando que o regime de seguridade dos servidores públicos é mais vantajoso, então todo o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria desses servidores deve ser contado nesse regime, não se inserindo no cômputo o tempo de contribuição em atividade privada, vinculada ao regime geral de previdência.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 11

Rubricas	Valores (R\$)
Lucro líquido	500.000,00
Reversão da reserva de lucros a realizar	250.000,00
Constituição da reserva de contingências	150.000,00
Constituição da reserva legal	25.000,00

Uma sociedade anônima com disposição estatutária estabelecendo o pagamento do dividendo anual com base em 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com o art. 202 da Lei das S.A., e que apresente os números do quadro acima será devedora de um dividendo, em reais, de

- Ⓐ 18.750,00.      Ⓑ 106.250,00.      Ⓒ 143.750,00.      Ⓓ 156.250,00.      Ⓔ 231.250,00.

### QUESTÃO 12

A compra de calçados para revenda por uma empresa atacadista, por R\$ 20.000,00 (valor final da nota fiscal), com crédito de ICMS de R\$ 2.400,00, deve dar entrada no seu estoque por meio de um

- Ⓐ débito de R\$ 17.600,00.      Ⓓ crédito de R\$ 17.600,00.  
Ⓑ débito de R\$ 20.000,00.      Ⓔ crédito de R\$ 22.400,00.  
Ⓒ débito de R\$ 22.400,00.

### QUESTÃO 13

Contas	Valores (R\$)
Caixa e bancos	50.000,00
Contas a receber	250.000,00
Estoque de mercadorias	120.000,00
Imobilizado (valor líquido da depreciação acumulada)	300.000,00
Fornecedores	250.000,00
Impostos a pagar	120.000,00
Dividendos a pagar	30.000,00
Empréstimos bancários	150.000,00
Salários a pagar	20.000,00

Uma empresa que, no final de um determinado mês, apresente os saldos contábeis da tabela acima, excluídos apenas os pertencentes ao patrimônio líquido, terá uma situação líquida patrimonial, em reais, de

- Ⓐ 50.000,00.      Ⓑ 150.000,00.      Ⓒ 190.000,00.      Ⓓ 210.000,00.      Ⓔ 250.000,00.

### QUESTÃO 14

A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando, entre as origens, o

- Ⓐ prejuízo do período.  
Ⓑ acréscimo do ativo imobilizado, por aquisição de nova planta industrial.  
Ⓒ aumento do capital social com a utilização de reservas de lucros de anos anteriores.  
Ⓓ aumento do capital social por emissão de novas ações e as contribuições para reservas de capital.  
Ⓔ aumento de contas a receber vencíveis até noventa dias.

## RASCUNHO

**QUESTÃO 15**

A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo. Tendo havido modificação de métodos ou critérios contábeis, de efeitos relevantes no resultado do período, a companhia tem o dever de

- Ⓐ alterar a sua escrita, revertendo os registros, pois não pode haver mudança de método ou critério contábil.
- Ⓑ excluir os seus efeitos da base de cálculo dos dividendos a serem distribuídos.
- Ⓒ oferecer a diferença à tributação, caso tenha ocorrido acréscimo de resultado.
- Ⓓ retificar o valor do patrimônio líquido no balanço patrimonial, passando a demonstrar a situação sem esses efeitos e com eles em todos os exercícios sociais subsequentes.
- Ⓔ indicá-la em nota explicativa e ressaltar esses efeitos.

**QUESTÃO 16**

Rubricas	Valores (em reais)
Estoque inicial	10.000,00
Compras de mercadorias	200.000,00
Compras anuladas	20.000,00
Estoque final	30.000,00

Uma empresa que adote o sistema de inventário periódico e apresente a situação acima, referente a um determinado período, terá, em reais, o custo das mercadorias vendidas no valor de

- Ⓐ 160.000,00.
- Ⓑ 180.000,00.
- Ⓒ 200.000,00.
- Ⓓ 220.000,00.
- Ⓔ 260.000,00.

**QUESTÃO 17**

No balanço de uma companhia comercial, os direitos que tiverem por objeto mercadorias serão avaliados

- Ⓐ apenas pelo custo de aquisição.
- Ⓑ pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, quando este for inferior.
- Ⓒ apenas pelo valor de mercado de reposição, estando acima ou abaixo do valor de custo.
- Ⓓ pelo valor de mercado de venda, pelo critério de realização normal.
- Ⓔ pelos métodos PEPS ou UEPS, apenas.

**QUESTÃO 18**

No balanço, as aplicações financeiras não-classificadas como investimento serão avaliadas pelo

- Ⓐ valor de resgate futuro.
- Ⓑ valor presente do fluxo de caixa futuro descontado a uma taxa máxima de 12% ao ano.
- Ⓒ custo ou pelo valor de mercado, se este for menor, sendo admitido o aumento do custo, até o limite do valor de mercado, para registro de correção monetária, variação cambial ou juros acrescidos.
- Ⓓ valor de custo, apenas.
- Ⓔ valor do capital aplicado, apenas.

**QUESTÃO 19**

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará a(s)

- Ⓐ receitas do período.
- Ⓑ participação de administradores nos resultados.
- Ⓒ participação de partes beneficiárias nos resultados.
- Ⓓ parcela dos lucros incorporada ao capital social no período.
- Ⓔ participação de debenturistas nos resultados.

**RASCUNHO**

**QUESTÃO 20**

Considere a seguinte situação hipotética:

O Poder Executivo do governo federal decidiu realizar, em uma universidade pública federal, auditoria que será feita pela própria unidade de auditoria interna da referida universidade, sob a orientação do órgão setorial de controle interno a quem a citada unidade está vinculada.

Em face da situação apresentada, a auditoria a ser procedida reveste-se da forma denominada

- Ⓐ direta.                      Ⓑ integrada.                      Ⓒ compartilhada.                      Ⓓ subsidiária.                      Ⓔ indireta.

**QUESTÃO 21**

Em auditoria operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União em empresa pública prestadora de serviços, a equipe de auditoria solicitou a clientes da empresa uma série de informações, de modo a confirmar dados obtidos internamente. Essa técnica de auditoria, também utilizada pelo órgão de controle interno, é conhecida como

- Ⓐ entrevista a distância.  
Ⓑ exame físico.  
Ⓒ circularização.  
Ⓓ correlação entre as informações obtidas.  
Ⓔ observação das atividades.

**QUESTÃO 22**

Considere a seguinte situação hipotética:

Um auditor foi encarregado de emitir parecer sobre as demonstrações financeiras de uma empresa objeto de auditoria. A auditoria a que ele procedeu encontrou limitação no alcance de seu exame, fato que impediu a aplicação dos procedimentos de auditoria considerados necessários na circunstância.

Ademais, o auditor inferiu acontecimentos futuros cujos resultados não eram suscetíveis de uma estimativa razoável à data da emissão do relatório.

Nessa situação, consoante a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis –, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, deverá ser emitido parecer

- Ⓐ sem ressalva.  
Ⓑ com ressalva.  
Ⓒ adverso.  
Ⓓ com abstenção de opinião por limitação na extensão.  
Ⓔ com abstenção de opinião, por incertezas.

**QUESTÃO 23**

Em uma auditoria interna em um órgão público federal no âmbito de questões atinentes à administração de pessoal, o auditor preparou uma série de planilhas e gráficos com os dados que obteve, para constituir parte do conjunto dos papéis de trabalho que embasaram seu relatório. Esses papéis de trabalho, quanto a sua natureza, consoante as normas de auditoria governamentais, são classificados como

- Ⓐ específicos.  
Ⓑ gerais.  
Ⓒ de valor probatório.  
Ⓓ de valor analítico.  
Ⓔ de valor simbólico.

**QUESTÃO 24**

Determinado órgão do Poder Judiciário federal necessita realizar registros contábeis de seus fornecedores individualmente. Consoante a estrutura do plano de contas único para os órgãos da administração direta, tal situação poderia ser resolvida mediante a utilização de contas

- Ⓐ correntes.                      Ⓑ contábeis.                      Ⓒ de subgrupos.                      Ⓓ retificadoras.                      Ⓔ de subitens.



**QUESTÃO 25**

O balanço orçamentário tem por função demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Esse demonstrativo, **não** pode apresentar, consoante a legislação brasileira,

- Ⓐ receita prevista maior que a receita realizada, indicando insuficiência de arrecadação.
- Ⓑ receita prevista maior que a receita realizada, indicando receita superestimada na lei orçamentária anual.
- Ⓒ receita prevista menor que a receita realizada, indicando excesso de arrecadação ou receita prevista na lei orçamentária anual subestimada.
- Ⓓ despesa fixada maior que a despesa realizada, indicando economia de despesa (geração de superávits) ou resultado de uma insuficiência de arrecadação de receitas.
- Ⓔ despesa fixada menor que a despesa realizada, indicando excesso de despesa.

**QUESTÃO 26**

O responsável pela contabilidade de um órgão público federal, ao preparar o inventário dos bens de almoxarifado, avaliou-os utilizando o sistema PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai). Considerando o que determina a legislação federal para tal inventário, é correto afirmar que o inventariante

- Ⓐ errou, pois deveria utilizar-se do sistema de cálculo denominado de UEPS (último que entra, primeiro que sai).
- Ⓑ errou, pois deveria utilizar-se do sistema de cálculo denominado de PEUS (primeiro que entra, último que sai).
- Ⓒ errou, pois deveria utilizar-se do sistema de cálculo denominado de preço médio ponderado das compras.
- Ⓓ errou, pois deveria utilizar-se do sistema de cálculo denominado de PEPS (próximo que entra, primeiro que sai).
- Ⓔ agiu corretamente.

**QUESTÃO 27**

O funcionário responsável pela contabilidade de um órgão da justiça federal, ao contabilizar os débitos externos (em moeda estrangeira) no balanço patrimonial do referido órgão, converteu os débitos à taxa de câmbio vigente na data do balanço. Considerando o que determina a legislação federal para a matéria em apreço, é correto afirmar que o funcionário

- Ⓐ procedeu corretamente.
- Ⓑ errou, pois deveria converter os débitos à taxa de câmbio vigente na data da contratação da operação de crédito.
- Ⓒ errou, pois deveria converter os débitos à taxa de câmbio vigente na data da aprovação da operação de crédito pelo Senado Federal.
- Ⓓ errou, pois deveria converter os débitos à taxa de câmbio vigente na data da contabilização inicial.
- Ⓔ errou, pois não deveria converter os débitos e sim, elaborar um demonstrativo, à parte, em moeda estrangeira.

**QUESTÃO 28**

O passivo compensado **não** inclui a conta

- Ⓐ 2.9.1 Execução Orçamentária da Receita.
- Ⓑ 2.9.2 Receitas de Exercícios Futuros.
- Ⓒ 2.9.3 Execução da Programação Financeira.
- Ⓓ 2.9.5 Execução de Restos a Pagar.
- Ⓔ 2.9.9 Compensações Passivas Diversas.

**QUESTÃO 29**

Caso o STF contrate empresa de processamento de dados para a reorganização de sua página na Internet, essa avença, quando concretizada, deverá ser registrada em contas do sistema contábil denominado

- Ⓐ controlador.
- Ⓑ patrimonial.
- Ⓒ compensação.
- Ⓓ financeiro.
- Ⓔ orçamentário.

Para responder às questões 30 e 31, considere o quadro a seguir, no qual é apresentada a estrutura de um plano de contas único para órgãos da administração direta.

### Estrutura do plano de contas até o nível subgrupo

<b>1 Ativo</b>	<b>2 Passivo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>1.1 Ativo circulante <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1.1 Disponível</li> <li>1.1.2 Créditos em circulação</li> <li>1.1.3 Bens e valores em circulação</li> <li>1.1.4 Valores pendentes a curto prazo</li> </ul> </li> <li>1.2 Ativo realizável a longo prazo <ul style="list-style-type: none"> <li>1.2.1 Depósitos realizáveis a longo prazo</li> <li>1.2.2 Créditos realizáveis a longo prazo</li> <li>1.2.3 Ativo diferido</li> </ul> </li> <li>1.4 Ativo Permanente <ul style="list-style-type: none"> <li>1.4.1 Investimentos</li> <li>1.4.2 Imobilizado</li> </ul> </li> <li>1.9 Ativo compensado <ul style="list-style-type: none"> <li>1.9.1 Execução orçamentária da receita</li> <li>1.9.2 Execução orçamentária da despesa</li> <li>1.9.3 Execução da programação financeira</li> <li>1.9.4 Despesas e dívida dos estados e municípios</li> <li>1.9.5 Execução de restos a pagar</li> <li>1.9.9 Compensações ativas diversas</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>2.1 Passivo circulante <ul style="list-style-type: none"> <li>2.1.1 Depósitos</li> <li>2.1.2 Obrigações em circulação</li> <li>2.1.3 Empréstimos e financiamentos em circulação</li> <li>2.1.4 Valores pendentes a curto prazo</li> </ul> </li> <li>2.2 Passivo exigível a longo prazo <ul style="list-style-type: none"> <li>2.2.1 Depósitos exigíveis a longo prazo</li> <li>2.2.2 Obrigações exigíveis a longo prazo</li> <li>2.2.9 Outras exigibilidades</li> </ul> </li> <li>2.3 Resultado de exercícios futuros <ul style="list-style-type: none"> <li>2.3.1 Receitas de exercícios futuros</li> <li>2.3.9 Custos/despesas correspondentes às receitas</li> </ul> </li> <li>2.4 Patrimônio líquido <ul style="list-style-type: none"> <li>2.4.1 Patrimônio/capital</li> <li>2.4.2 Reservas</li> <li>2.4.3 Resultado acumulado</li> <li>2.4.9 Ajuste do patrimônio/capital</li> </ul> </li> <li>2.9 Passivo compensado <ul style="list-style-type: none"> <li>2.9.1 Execução orçamentária da receita</li> <li>2.9.2 Execução orçamentária da despesa</li> <li>2.9.3 Execução da programação financeira</li> <li>2.9.4 Despesas e dívida dos estados e municípios</li> <li>2.9.5 Execução de restos a pagar</li> <li>2.9.9 Compensações passivas diversas</li> </ul> </li> </ul>
<b>3 Despesa</b>	<b>4 Receita</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>3.3 Despesas correntes</li> <li>3.4 Despesas de capital</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>4.1 Receitas correntes</li> <li>4.2 Receitas de capital</li> <li>4.9 Deduções da receita (conta retificadora)</li> </ul>
<b>5 Resultado do exercício (-)</b>	<b>6 Resultado do exercício (+)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>5.1 Resultado orçamentário <ul style="list-style-type: none"> <li>5.1.1 Despesas orçamentárias</li> <li>5.1.2 Interferências passivas <ul style="list-style-type: none"> <li>Transferências financeiras concedidas</li> <li>Cota, repasse e sub-repasse</li> </ul> </li> <li>5.1.3 Mutações passivas (execução da receita) <ul style="list-style-type: none"> <li>Alienação de ativos</li> <li>Dívida contraída</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>5.2 Resultado extra-orçamentário <ul style="list-style-type: none"> <li>5.2.1 Despesa extra-orçamentária (incorporação de balanços de não-participantes do orçamento)</li> <li>5.2.2 Interferências passivas <ul style="list-style-type: none"> <li>Transferências financeiras para atender a restos a pagar</li> <li>Transferências de bens e valores</li> </ul> </li> <li>5.2.3 Decréscimos patrimoniais <ul style="list-style-type: none"> <li>Desincorporações de ativos</li> <li>Incorporações de passivos</li> </ul> </li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>6.1 Resultado orçamentário <ul style="list-style-type: none"> <li>6.1.1 Receitas orçamentárias</li> <li>6.1.2 Interferências ativas <ul style="list-style-type: none"> <li>Transferências financeiras recebidas</li> <li>Cota, repasse e sub-repasse</li> </ul> </li> <li>6.1.3 Mutações ativas (execução da despesa) <ul style="list-style-type: none"> <li>Incorporação de ativos</li> <li>Amortização de dívidas</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>6.2 Resultado extra-orçamentário <ul style="list-style-type: none"> <li>6.2.1 Receita extra-orçamentária (incorporação de balanços de não-participantes do orçamento)</li> <li>6.2.2 Interferências ativas <ul style="list-style-type: none"> <li>Transferências financeiras para atender a restos a pagar</li> <li>Transferências de bens e valores</li> </ul> </li> <li>6.2.3 Acréscimos patrimoniais <ul style="list-style-type: none"> <li>Incorporações de ativos</li> <li>Desincorporações de passivos</li> </ul> </li> </ul> </li> <li>6.3 Resultado apurado</li> </ul>

**QUESTÃO 30**

Na forma proposta, o plano de contas apresenta **incorreção** no **Ativo**, ao incluir

- Ⓐ a alienação de ativos entre as mutações passivas.
- Ⓑ as transferências financeiras concedidas entre as interferências passivas.
- Ⓒ a incorporação de passivos entre os decréscimos patrimoniais.
- Ⓓ os créditos em circulação no ativo circulante.
- Ⓔ o ativo diferido no ativo realizável a longo prazo.

**QUESTÃO 31**

Ainda quanto ao aspecto formal do plano de contas, este apresenta **incorreção** no **Passivo**, ao incluir a(s)

- Ⓐ incorporação de ativos entre as mutações ativas.
- Ⓑ transferências financeiras recebidas entre as interferências ativas.
- Ⓒ desincorporação de passivos entre os acréscimos patrimoniais.
- Ⓓ obrigações em circulação no passivo circulante.
- Ⓔ execução de restos a pagar no passivo exigível a longo prazo.

**QUESTÃO 32****Balanço orçamentário**

<b>Receitas</b>			<b>Despesas</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Prevista</b>	<b>Executada Diferido</b>	<b>Tipo</b>	<b>Fixação</b>	<b>Execução Diferido</b>
<b>Receitas correntes</b>			<b>Créditos orçamentários e suplementações</b>		
Receita tributária			<b>Despesas correntes</b>		
Receita de contribuições			Pessoal e encargos sociais		
Receita patrimonial			Juros e encargos da dívida interna		
Receita agropecuária			Juros e encargos da dívida externa		
Receita industrial			Outras despesas correntes		
Receita de serviços			<b>Despesas de capital</b>		
Transferências correntes			Investimentos		
Outras receitas correntes			Inversões financeiras		
<b>Receita de capital</b>			Amortização da dívida interna		
Operações de crédito			Amortização da dívida externa		
Alienação de bens			Outras despesas de capital		
Amortização de empréstimos			<b>Créditos especiais</b>		
Transferências de capital			<b>Despesas correntes</b>		
Outras receitas de capital			...		
			<b>Despesas de capital</b>		
			...		
SUBTOTAL			SUBTOTAL		
DÉFICIT/CAPITAL			SUPERÁVIT/CORRENTE		
TOTAL			TOTAL		

No quadro acima, correspondente à estrutura do balanço orçamentário, consoante apresentado pela União em seus demonstrativos, há **incorreção**, pois

- Ⓐ as receitas são desdobradas em receitas correntes e de capital.
- Ⓑ as despesas são desdobradas em receitas correntes e de capital.
- Ⓒ não aparece, entre as despesas correntes, a conta denominada custeio.
- Ⓓ não aparece, entre as despesas correntes, a conta denominada transferências correntes.
- Ⓔ não aparecem, entre as despesas, as referentes aos créditos extraordinários.

**QUESTÃO 33**
**Balanco Financeiro**

<b>Receita</b>	<b>Despesa</b>
<b>Orçamentária</b> Receitas orçamentárias Interferências ativas	<b>Orçamentária</b> Despesas orçamentárias Interferências passivas
<b>Extra-orçamentária</b> Restos a pagar (contrapartida de despesa) Serviço da dívida a pagar (contrapartida da despesa) Retenção de terceiros (recebimentos do exercício) Depósitos de terceiros (recebimentos do exercício)	<b>Extra-orçamentária</b> Restos a pagar (pagamentos) Serviço da dívida a pagar (pagamentos) Retenção de terceiros (devoluções) Depósitos de terceiros (devoluções)
<b>Saldo disponível anterior</b> Caixa Bancos Aplicações financeiras	<b>Saldo disponível para o exercício seguinte</b> Caixa Bancos Aplicações financeiras

No quadro acima, que corresponde à estrutura do balanço financeiro, conforme apresentado pela União em seus demonstrativos, há **incorrecção**, pois

- (A) os saldos disponíveis anterior e para o exercício seguinte estão colocados nas colunas erradas.  
 (B) não aparecem as contas de interferências ativas e interferências passivas entre as receitas e despesas extra-orçamentárias.  
 (C) as interferências passivas aparecem entre as despesas orçamentárias.  
 (D) a conta denominada restos a pagar (pagamentos) aparece entre as despesas extra-orçamentárias.  
 (E) as contas referentes aos créditos extraordinários não aparecem discriminadas entre as despesas.

**QUESTÃO 34**

O quadro abaixo apresenta a estrutura do balanço patrimonial, na forma como vem sendo apresentado pela União em seus demonstrativos.

**Balanco Patrimonial**

<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
<b>Ativo financeiro</b> Disponível Créditos em circulação	<b>Passivo financeiro</b> Restos a pagar Processados Não-processados Retenções de terceiros Previdência social Pensão alimentícia Impostos federais Impostos estaduais Impostos municipais Consignações diversas
<b>Ativo não-financeiro (permanente)</b> Circulante (menos o financeiro) Realizável a longo prazo Ativo permanente	<b>Passivo não-financeiro (permanente)</b> Circulante Provisões Operações de crédito Exigível a longo prazo Operações de crédito Resultado de exercícios futuros
<b>Ativo real (AF + AñF)</b>	<b>Passivo real (PF + PñF)</b>
<b>Ativo compensado</b> Responsabilidade por títulos, valores e bens Cauções Consignações Depósitos judiciais Comodato de bens Mercadorias apreendidas Diversos responsáveis Garantias Avais Fianças Hipotecas Seguros Direitos e obrigações conveniadas Convênios Direitos e obrigações contratuais Contratos Empréstimos	<b>Patrimônio líquido</b> Patrimônio Capital Reservas Resultado acumulado  <b>Passivo Compensado</b> (contrapartida do ativo compensado)

Na forma proposta, o balanço patrimonial apresenta **incorrecção**, pois

- (A) inclui o ativo e o passivo compensado, que, por serem fatos potenciais, não afetam o patrimônio e, portanto, não constam desse demonstrativo.  
 (B) traz a conta resultado acumulado, não-condizente com o fato de que o poder público não objetiva lucro.  
 (C) as retenções de terceiros aparecem entre o passivo financeiro.  
 (D) os depósitos de terceiros não aparecem entre o passivo financeiro.  
 (E) os déficits referentes aos créditos extraordinários não aparecem discriminados entre o passivo.

**QUESTÃO 35**

O quadro abaixo apresenta, de forma sintética, balanço orçamentário de órgão do governo federal.

<b>Receita</b>		<b>Despesa</b>	
Receitas correntes	220	Despesas correntes	180
		Pessoal e encargos sociais	55
		Juros e encargos da dívida	100
		Outras	25
Receita de capital	100	Despesa de capital	140
Operações de crédito	80	Investimentos	10
Alienação de bens	30	Inversões financeiras	30
		Amortização da dívida	110
<b>TOTAL</b>	<b>330</b>	<b>TOTAL</b>	<b>330</b>

De acordo com as informações apresentadas, assinale a opção correta.

- Ⓐ O órgão apresentou déficit no orçamento corrente.
- Ⓑ O órgão apresentou resultado global superavitário.
- Ⓒ O total das receitas correntes não foi suficiente para pagar o serviço da dívida no exercício.
- Ⓓ O órgão está contribuindo para aumentar o endividamento da União.
- Ⓔ O órgão, no decorrer do exercício representado no demonstrativo, desfez-se de parte de seu patrimônio.

**RASCUNHO**

## LÍNGUA PORTUGUESA

### QUESTÃO 36

#### Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.

De acordo com o texto acima, os parlamentares estavam reunidos em assembléia com a finalidade de

- Ⓐ assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança e o bem-estar dos cidadãos.
- Ⓑ garantir o desenvolvimento do país, a igualdade entre os cidadãos e a justiça social como valores supremos da sociedade brasileira.
- Ⓒ preservar a ordem interna e a harmonia internacional, com a solução pacífica das controvérsias entre as nações.
- Ⓓ estabelecer o ideal de uma sociedade fraterna, pluralista, sem preconceitos, fundada na harmonia social, como o modelo superior a ser implementado no solo brasileiro.
- Ⓔ instituir, na condição de representantes do povo brasileiro, um Estado democrático.

### QUESTÃO 37

Sabendo que o texto legal deve ser redigido preferencialmente em ordem direta, com clareza e correção, assinale a opção em que a reescritura de passagens da Constituição obedece a todas essas premissas.

- Ⓐ Nos termos desta Constituição, todo o poder emana do povo, que o exerce por intermédio de representantes, eleitos ou diretamente.
- Ⓑ Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- Ⓒ Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, é um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- Ⓓ Visando a formação da comunidade latinoamericana de Nações, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.
- Ⓔ Todos são, sem distinções, iguais perante a lei garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança, a propriedade e o lazer.

### QUESTÃO 38

Considere os seguintes “Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, transcritos de incisos do art. 5.º do Capítulo I do Título II da Constituição.

XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens;

XVI – todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

Com relação a esses incisos, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Ao final dos incisos acima, a substituição dos sinais de ponto-e-vírgula por ponto contraria as normas gramaticais referentes à pontuação.
- Ⓑ A expressão **Território Nacional** (inciso XV), assim grafada, com o emprego de maiúsculas em lugar de minúsculas, não contraria as regras da norma culta, por corresponder, semanticamente, a **Terra Brasileira**.
- Ⓒ Todos os incisos acima apresentam a mesma estrutura sintática.
- Ⓓ No inciso XVIII, seria gramaticalmente correta a substituição do trecho “a de cooperativas independem” por **de cooperativas independe**.
- Ⓔ No inciso XIX, a expressão “no primeiro caso” refere-se à dissolução compulsória de associações.

**QUESTÃO 39**

Nas opções abaixo, que trazem passagens reelaboradas do Capítulo "Dos Direitos Sociais" do Título II da Constituição da República, assinale a que apresenta regência **incorreta**.

- Ⓐ São direitos sociais, garantidos pela Constituição: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção a maternidade e a infância e a assistência dos desamparados.
- Ⓑ A relação de emprego está protegida contra a despedida arbitrária, ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá a indenização compensatória, entre outros direitos.
- Ⓒ Será fixado em lei um salário mínimo, nacionalmente unificado, capaz de atender às necessidades vitais básicas do cidadão e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.
- Ⓓ Haverá reajustes periódicos que preservem o poder aquisitivo do salário mínimo, sendo vedada, para qualquer fim, a sua vinculação.
- Ⓔ Fica assegurado o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho, sendo condenada a redutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

**QUESTÃO 40**

Assinale a opção gramaticalmente **incorreta**.

- Ⓐ É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.
- Ⓑ Nas empresas de mais de duzentos empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- Ⓒ A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular.
- Ⓓ A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerão os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- Ⓔ A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**QUESTÃO 41**

A seguir, foram transcritas ou adaptadas do texto constitucional algumas passagens referentes ao STF. Assinale a opção em que o enunciado, corretamente escrito, foge à temática dos demais.

- Ⓐ O procurador-geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do STF.
- Ⓑ As decisões definitivas de mérito proferidas pelo STF nas ações declaratórias de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.
- Ⓒ Declarada a Inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- Ⓓ Quando o STF apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará previamente, o advogado-geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- Ⓔ O presidente da República, a Mesa do Senado Federal, a Mesa da Câmara dos Deputados e o procurador-geral da República podem propor a ação de inconstitucionalidade.

### Em matéria de massacres, eles são campeões

O Brasil é um país tão pacífico e o povo brasileiro de tanta boa fé que, nas raras vezes em que ocorrem episódios sangrentos, a imprensa logo os batiza de “massacres”, sem conhecer bem o sentido dessa expressão. Assim, houve o “massacre” da Candelária, o “massacre” de Vigário Geral, o de Eldorado dos Carajás e outros menos famosos pelo país afora. De todos, só o do Carandiru, com 111 presos mortos, foi de fato um massacre, no sentido exato e histórico do termo.

Nenhuma dessas citadas mortandades é justificável, e todos os seus autores deveriam ter sido punidos com a pena de morte, de preferência com fuzilamento transmitido ao vivo pela televisão – coisa impensável aqui, pois a pena capital é considerada uma “violência” que o Brasil “pacífico” abomina legalmente, embora a aplique na prática.

Só para refrescar a memória dos que não conhecem o real significado da palavra massacre, vamos recordar o que foram os massacres verdadeiros nos outros países, para o brasileiro perder um pouco do complexo de inferioridade:

- Guerra no Afeganistão: um milhão e meio de mortos
- Khmer Vermelho, no Camboja: um milhão de mortos
- Massacre de Ruanda: um milhão de mortos
- Guerra entre Irã e Iraque: 700 mil mortos
- Guerra na Bósnia Herzegovina: 250 mil mortos
- Massacres da ditadura na Argentina: 30 mil mortos
- Massacres da ditadura no Chile: 3.500 mortos

Faltaria incluir, ainda, os massacres em Moçambique, Angola e outras nações africanas nos últimos 25 anos, somando, no mínimo, mais um milhão e meio de mortos. E sem falar no milhão de mortos da Guerra de Secessão dos EUA, nas dezenas de milhões de pessoas massacradas na I e na II Guerras Mundiais, nos massacres de negros no Sul dos Estados Unidos pela Ku Klux Klan, mais os massacres nazistas nos campos de concentração e os massacres de Kosovo pelos sérvios e da Iugoslávia pela OTAN.

Em matéria de massacres, portanto, o Brasil deve continuar evitando-os e, por isso, não temos porque nos flagelarmos diante do que fizeram os ingleses, os franceses, os alemães, os russos, os chineses, os japoneses, os norte-americanos, os africanos, os sérvios, os turcos, os sionistas, os árabes xiitas, os boers sul-africanos e tantos outros povos.

Se eles não sentem a consciência pesada nem ficam dando satisfações aos brasileiros pelos seus crimes, por que temos nós de andar de cabeça baixa?

Poder. Revista brasileira de questões estratégicas. n.º 2, 5-6/99, p. 91 (com adaptações).

#### QUESTÃO 42

Com base nas idéias do texto LP-I, assinale a opção correta.

- (A) No Brasil, a pena de morte, apesar de legalmente proibida, é aplicada na prática.
- (B) O tema central do texto é a discussão do conceito de massacre.
- (C) Na história mundial dos massacres, os países africanos são os grandes vilões.
- (D) O “complexo de inferioridade” (l.9) dos brasileiros deve-se ao fato de que aquilo que a imprensa brasileira batiza de “massacre” é insignificante quando comparado com os verdadeiros massacres.
- (E) Os brasileiros não precisam andar de cabeça baixa porque não têm do que se envergonhar.

#### QUESTÃO 43

Assinale a opção em que a reescritura de trechos do texto LP-I apresenta, por meio de estruturas gramaticalmente corretas, informações do texto.

- (A) Linhas 1 e 2: O Brasil, país tão pacífico, e o seu povo é de tão boa fé que, nas raras vezes que ocorrem episódios sangrentos, a imprensa rapidamente os batiza de massacres.
- (B) Linhas de 2 a 4: Dessa forma, houveram os massacres da Candelária, de Vigário Geral, de Eldorado dos Carajás e outros menos famosos ao longo do país. Deles, só o do Carandiru, com uma centena de mortos, foi, de fato, um massacre, nos sentidos exato e histórico do termo.
- (C) Linhas de 5 a 7: Nenhuma mortandade é justificável, e todos os seus autores deveriam serem fuzilados com transmissão ao vivo pela televisão, coisa que o Brasil abomina mas aplica.
- (D) Linhas de 8 a 19: Para que o brasileiro perca um pouco do complexo de inferioridade, vamos recordar o que foram os massacres em outros países: Khmer Vermelho, no Camboja – 1 milhão de mortos; massacres das ditaduras no Chile e na Argentina – mais de trinta mil mortos; diversas guerras, incluindo a I e a II Guerras Mundiais – mais de 20 milhões de mortos.
- (E) Linhas de 21 a 25: Em termos de massacres, o Brasil deve continuar evitando-os e, por isso, não há razões para o autoflagelo por causa do que fizeram outros povos. Se nestes não pesa a consciência e se eles não dão satisfações de seus crimes, por que os brasileiros têm que andar de cabeça baixa?



**Texto LP-II – questões 44 e 45**

Um velho magistrado, sentindo que morria, dizia assim serenamente do seu leito:

– Senhor, queria ao morrer ter a certeza de que todos os homens que condenei morreram antes de mim, pois não posso pensar que fiquem nas prisões desse mundo, a sofrer penas humanas, os que lá foram metidos por ordem minha. Queria, Senhor, que, quando me apresentasse ao Teu juízo, os encontrasse à Tua porta, para que me dissessem que os julguei com justiça, segundo aquilo que os homens chamam Justiça, e se para algum e sem dar por isso fui injusto, esse, mais do que outro, desejaria encontrar ao meu lado, para lhe pedir perdão e para lhe dizer que nem uma só vez, ao julgar, esqueci ser uma pobre criatura humana, escrava do erro; que nem uma só vez, ao condenar, consegui reprimir a perturbação da consciência, tremendo perante um ofício, que, em última instância, apenas pode ser Teu, Senhor.

Piero Calamandrei. *Eles, os juizes, vistos por nós, os advogados*. 4.ª ed. Lisboa: Livraria Classica Editora, 1971. p. 173-4 (com adaptações).

**QUESTÃO 44**

Com referência à sintaxe das orações do texto LP-II, assinale a opção **incorreta**.

- Ⓐ Na linha 2, a oração “de que todos os homens que condenei morreram antes de mim” completa o sentido do substantivo “certeza”.
- Ⓑ Na linha 3, o sujeito da forma verbal “fiquem” é o pronome demonstrativo “os” e a oração adjetiva que o segue: “que lá foram metidos por ordem minha”.
- Ⓒ O pronome pessoal oblíquo “os” (ℓ.4, primeira ocorrência) refere-se àqueles “homens que condenei” (ℓ.2) e exerce a função de objeto direto da forma verbal “encontrasse” (ℓ.4).
- Ⓓ Na linha 4, a oração “que os julguei com justiça” exerce a função sintática de objeto direto da forma verbal “dissessem”.
- Ⓔ Na linha 5, a oração “desejaria encontrar ao meu lado” tem por sujeito “Justiça”.

**QUESTÃO 45**

Analisando a tipologia textual do texto LP-II, é correto afirmar que ele

- Ⓐ é um diálogo, mesmo que o ouvinte não responda.
- Ⓑ narra um fato verossímil e tem a forma de uma confissão, com caráter apelativo.
- Ⓒ faz parte de um testamento, tendo servido de escrivão o testamenteiro.
- Ⓓ é parte de uma carta que estava sendo ditada, no leito de morte, pelo remetente.
- Ⓔ é parte dos autos de um processo que está sendo usado como prova para inocentar um réu.

## PROVA DISCURSIVA

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando as folhas para rascunho do presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois **não serão avaliadas provas com texto escrito em local indevido**. Qualquer prova com extensão aquém da mínima de **trinta linhas efetivamente escritas** será apenada e qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de **sessenta linhas** será desconsiderado.

**ATENÇÃO!** No CADERNO DE TEXTO DEFINITIVO, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliadas** as provas que tenham qualquer marca identificadora fora do local apropriado.

Ponham dois pintores diante da mesma paisagem, um ao lado do outro, cada um com o seu cavalete e, passada uma hora, vejam o que cada um desenhou na tela. Hão de notar duas paisagens completamente diferentes e tão diferentes que vos há de parecer impossível que o modelo tenha sido um só.

Podeis dizer que um deles traiu a verdade?

Piero Calamandrei. *Eles, os juizes, vistos por nós, os advogados*. 4.ª ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1971, p. 99.

Cidadania. Segundo a teoria que se firma entre nós, a cidadania, palavra que se deriva de cidade, não indica somente a qualidade daquele que habita a cidade, mas, mostrando a efetividade dessa residência, o direito político que lhe é conferido, para que possa participar da vida política do país em que reside.

De Plácido e Silva. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 1990, p. 427 (com adaptações).

Cidadania. A cidadania tem dois aspectos: (1) o institucional, porque envolve o reconhecimento explícito e a garantia de certos direitos fundamentais, embora sua institucionalização nunca seja constante e irreduzível; (2) e o processual, porque as garantias civis e políticas, bem como o conteúdo substantivo, social e econômico, não podem ser vistos como entidades fixas e definitivas, mas apenas como um processo em constante reafirmação, como limiares abaixo dos quais não há democracia.

Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda. 1998, vol. 4, p. 181-2.

O Estado, na condição de instituição representativa da sociedade como um todo, passou a ser responsabilizado também pelo bem-estar social. Não sem certa razão, já que é ele que regula os mecanismos de distribuição de renda, por meio do controle do salário mínimo, do preço de produtos, dos impostos e dos financiamentos. Conseqüentemente, é ele também – indiretamente – responsável pelo crescimento galopante da pobreza no mundo.

Cristina Costa. *Sociologia: introdução à ciência da sociedade*. 2.ª ed. São Paulo: Moderna, 1997, p. 259 (com adaptações).

Nesse clima de fim de milênio, a violência se desenvolve e se generaliza. Escandaliza, choca, torna-se cada vez mais banalizada, parecendo, também, como outros aspectos da vida social, fugir ao controle dos homens e das instituições. E, assim como a pobreza, a violência indiscriminada, a impunidade dos criminosos e a diversidade dos grupos em conflito põem em xeque as mais otimistas análises sobre a sociedade contemporânea. Colaboram também para intensificar os paradoxos da sociedade atual, fazendo que tendências aparentemente opostas se contraponham de forma crescente: a pobreza e a abundância, o individualismo e a massificação, a democracia e o autoritarismo.

*Idem: ibidem*, p. 289 (com adaptações).

Inspirando-se nas idéias dos textos anteriormente apresentados, redija um texto dissertativo, posicionando-se a respeito do seguinte tema:

### A IMPORTÂNCIA DA JUSTIÇA PARA A CIDADANIA.